CONJUNTURA

Economia de baixo carbono deve orientar negócios

Emissões de gases do efeito estufa vêm registrando leve queda no Rio Grande do Sul

Para a especialista sênior em políticas climáticas do Instituto Talanoa, Marta Salomon, a maior parte das empresas e dos negócios não está preparada para a urgência no corte de emissões de gases de efeito estufa e promoção de maior resiliência. "A transição para uma economia de baixo carbono e resiliente às mudanças climáticas deve orientar os negócios por um motivo simples: não existe outro planeta habitável", resume Marta.

Organização sem fins lucrativos, o Instituto Talanoa ajuda a fiscalizar a implementação de metas climáticas e avaliar o impacto das políticas públicas nesta área. Também faz o monitoramento de dados sobre as emissões de gases poluidores.

"No Rio Grande do Sul, as emissões vêm apresentando ligeira queda nos anos recentes, segundo o Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SEEG). Mas boa parte dos municípios ainda não tem capacidade de lidar com eventos extremos", ressalta a analista. Ela cita que estudos realizados após as enchentes do ano passado, mostraram que a crise climática aumentou em mais de duas vezes a probabilidade de ocorrência de chuvas extremas.

Isso ajuda a explicar porque

o Instituto tem defendido que não haja investimentos sem análise prévia de risco. "Isso vale para o setor público e também para o privado. Construir uma hidrelétrica numa região que sofrerá por falta de chuvas não faz sentido. Investir em negócios que aumentam as emissões de gases de efeito estufa, muito menos", explica.

Ela salienta, porém, que a enchente de 2024 também deixou uma lição: "Trata-se de uma oportunidade para a economia que emita menos carbono e que seja mais resiliente". Ao lembrar as metas assumidas pelo País, ela cita o papel da agropecuária. "O processo digestivo do gado e o uso de fertilizantes são grandes fontes de emissão de gases."

Expectativa sobre a COP30

O que diz Marta Salomon, especialista sênior em políticas climáticas no Instituto Talanoa, jornalista especializada em políticas públicas, mestre e doutora em desenvolvimento sustentável:

"Espera-se que o Brasil tenha habilidade para conduzir debates bastante complicados, não só pelo agravamento dos impactos do aquecimento global como pelo contexto geopolítico.

A COP30 precisa terminar com avanços significativos dos compromissos dos países e partes na Convenção do Clima da ONU, de forma a garantir emissões líquidas zero até 2050 ou o quanto antes, para determos a escala de danos. É fundamental que as negociações avancem para implementar algo que foi definido em 2023, na COP de Dubai, um roteiro claro para a transição para longe dos combustíveis fósseis o mais rapidamente possível.

É preciso completar um roteiro para aumentar o financiamento climático, sobretudo a países mais pobres, na escala de trilhão de dólares, tarefa que ficou incompleta na COP de Baku, em 2024. E, finalmente, é urgente promover um grande chamado para a adaptação às mudanças climáticas, não só para evitar desastres na escala que tivemos no Rio Grande do Sul, mas para garantir a produção de alimentos e de energia de fontes renováveis".

